

E eu, que analisei esse assunto e entendo que o pleito é legítimo, também, de certa forma, me comprometi a apoiar. Por isso, quando o secretário Mauro Ricardo esteve na Casa, eu indaguei sobre os prazos para o governo enviar essa reforma aqui para a Casa, uma vez que tinha sido um compromisso durante a reforma da Previdência. Ele respondeu que não conhecia esse compromisso, mas que iria se informar.

Eu oficieei a SPPrev, a SP-Prevcom para pedir uma previsão do que isso significaria em termos de impacto nas contas públicas. Eu disse que assim procederia na reunião com essas várias categorias. Cumpri a palavra, oficieei, recebi a resposta ao ofício dizendo exatamente o seguinte: que até 2024, se essa migração for autorizada, haverá um déficit de três bilhões. A partir de 2029, esse déficit com a migração já se transforma em um superavit. E, em 20 anos, haverá uma economia de 22 bilhões por meio dessa migração.

Então, houve a resposta ao meu ofício. Eu fiz a solicitação para o secretário, no caso o secretário Mauro Ricardo, que esteve aqui na Casa, e eu vou seguir acompanhando esse assunto, deixando aqui claro, mais uma vez, que sou favorável ao reconhecimento desse direito à migração no âmbito do estado de São Paulo.

Também queria informar às muitas pessoas que estão ligando no gabinete, entrando em contato por WhatsApp, mandando e-mails, todas pessoas aprovadas nos concursos da Polícia Civil, que eu vou apoiar as emendas que estão sendo elaboradas pelo deputado Delegado Olim na lei orçamentária que nós estamos analisando já para o ano que vem. A lei que chegou para analisarmos e aprovarmos para o ano que vem.

Então, eu conversei hoje cedo com o Delegado Olim. As pessoas mandam e-mail pedindo para que eu, pessoalmente, apresente a emenda, mas eu não vejo muito sentido em que vários deputados apresentem as mesmas propostas.

Eu gosto bastante de identificar aquele colega que está mais, de alguma maneira, alinhado a uma determinada causa e, no lugar de “completir”, somar esforços. Vossa Excelência me concede mais dois minutos?

Então, como o deputado Olim já está consciente desses vários concursos, ele está preparando uma emenda. Eu telefonei a ele e vou apoiar que nós destinemos recursos, na LOA, para que esses profissionais já aprovados para ingressar na Polícia Civil, seja na condição de investigadores, na condição de delegados, de papiloscopistas também, que entraram em contato... Eu vou apoiar o colega na emenda que ele vai apresentar, e já estamos irmanados em lutar por esta emenda até o final do trâmite deste projeto.

Também já anuncio aqui que me reuni com o líder do PSL, tratando de várias pautas em termos de emendas. Ele autorizou que nós elaboremos várias emendas de bancada.

Os funcionários da liderança já estão trabalhando nessa parte mais burocrática. Então, vamos trabalhar em conjunto nessas emendas para que haja mais força e até seguindo a minha filosofia, que é sabidamente contrária a gastar dinheiro com publicidade.

Hoje foi notícia em vários jornais que a LOA deste ano destina muito dinheiro para publicidade. Nós já estamos trabalhando em emendas para tirar da publicidade e colocar nas áreas que realmente interessam à população.

Queria também noticiar que fiz uma reunião online com o pessoal do Instituto Fazendo História, que trabalha com o acolhimento familiar, e tive assim um esclarecimento impagável dessa equipe técnica.

Então, por que eu estou trazendo essa notícia aqui? Porque eu quero que as pessoas saibam que a nossa Frente Parlamentar pela Celeridade na Adoção de Bebês não ficou numa única reunião, num único evento.

Aquele foi o primeiro debate, e eu sigo aprofundando. Os profissionais do Fazendo História noticiaram uma preocupação que eles têm, que é a preocupação com as crianças que são adotadas e depois são devolvidas. Eles acreditam que falta um pouquinho de acompanhamento no depois da adoção. Então, seguimos atentos a esse tema também.

E, semana passada, o governador, como faz todo mês, participou de uma reunião online com os deputados. Eu estive presente nessa reunião; tratei com ele de vários temas na presença dos colegas. Numa outra oportunidade vou detalhar todos os temas, mas queria dizer que um dos temas foi a Sucen. Muito embora a votação tenha sido pela extinção da Sucen, eu já estou acompanhando esse processo para que nós não percamos o material humano precioso que há na Sucen.

Eu disse para o governador e, depois, numa reunião de trabalho com o superintendente da Sucen e a chefe da coordenação que vai observar esse serviço, que não tem sentido demitir as pessoas treinadas para depois contratar outras pessoas e ter que treinar. Isso não é economia; seria perder investimentos preciosos.

Então, estou acompanhando esse processo e numa próxima oportunidade vou trazer outros temas que foram debatidos nessa reunião, porque eu acho importante a população acompanhar o nosso trabalho não só em plenário, mas também fora dele.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, Excelência, eu solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Esta Presidência então, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da última quinta-feira.

Está levantada a sessão.
* * *
- Levanta-se a sessão às 14 horas e 59 minutos.
* * *

20 DE OUTUBRO DE 2020 77ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, CASTELLO BRANCO, MARCOS DAMASIO, DOUGLAS GARCIA e CARLA MORANDO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CASTELLO BRANCO
Crítica o Plano de Retomada de Crescimento de São Paulo 2021/2022, anunciado pelo Governo do Estado. Apresenta slides sobre o tema. Lamenta a publicação da Lei 17.293/20. Manifesta-se contra o aumento de verbas para publicidade e diminuição do Orçamento da Saúde. Considera o governador de São Paulo afastado do Brasil e próximo ao governo da China.
3 - MAJOR MECCA
Lamenta o assassinato do policial militar Daniel Alves de Lima, encontrado no centro de São Paulo. Considera a categoria abandonada pelo Governo do Estado. Comenta investigação de superfaturamento na compra de toalhas umedecidas. Lamenta a punição de policiais militares que atuaram em ocorrência, em pancadão. Defende o impeachment do governador João Doria.
4 - CASTELLO BRANCO
Assume a Presidência.
5 - CARLOS GIANNAZI
Comenta assalto à Escola Estadual Yervant Kissajikian, em Itaquera. Afirma que a instituição já foi invadida oito vezes. Crítica a falta de ação a respeito. Cobra mais segurança nos estabelecimentos de ensino. Discorre sobre a falta de funcionários a afetar o setor. Pede a alteração da portaria

sobre a remoção de servidores do quadro de apoio escolar. Tece críticas ao secretário da Educação, Rossieli Soares.

6 - JANAINA PASCHOAL
Esclarece o trabalho da Frente Parlamentar pela Celeridade na Adoção de Bebês. Discorre sobre as dificuldades para a adoção direta. Comenta os artifícios usados por famílias para fraudar a lei. Alega que o código penal não prevê a retirada da guarda como penalização. Defende a manutenção da guarda, em benefício da criança. Pede manifestação da população e dos demais parlamentares.
7 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
8 - MARCOS DAMASIO
Assume a Presidência.
9 - DOUGLAS GARCIA
Endossa o discurso do deputado Carlos Giannazi, sobre o assalto na Escola Estadual Yervant Kissajikian. Crítica defesas a criminosos. Exibe e comenta vídeo na Ponte Pênsil, em São Vicente. Afirma que a iluminação foi instalada, mas o posto da Polícia Militar ainda está desativado. Cobra por mais segurança na cidade.
10 - CORONEL TELHADIA
Cumprimenta os municípios aniversariantes. Informa as datas comemorativas celebradas. Lamenta o falecimento do policial militar Daniel Alves de Lima, encontrado no centro de São Paulo. Discorre sobre os problemas da aracolandia. Faz coro ao discurso do deputado Douglas Garcia sobre policiamento em São Vicente. Crítica a ordem de proibição do uso de arma de fogo por policiais militares de segunda classe nos horários de folga, feita por major.
11 - DOUGLAS GARCIA
Assume a Presidência.
12 - GIL DINIZ

Crítica o aumento de verbas para publicidade previsto no Orçamento de 2021. Comenta o bloqueio judicial de bens do governador João Doria, por propaganda irregular quando era prefeito. Discorre sobre a nomeação de ex-advogado pessoal da citada autoridade, como secretário de Justiça. Lamenta a retirada de isenção de impostos na compra de veículos por pessoas com deficiência. Manifesta-se contra o silêncio da mídia, a respeito do exposto.

13 - SEBASTIÃO SANTOS
Lamenta a mortalidade de animais e a destruição de áreas de preservação permanente, no Estado. Discorre sobre a importância do equilíbrio ecológico. Cobra fiscalização da secretaria de Meio Ambiente. Exibe e comenta vídeos sobre a morte de peixes por derramamento de "garapão".
GRANDE EXPEDIENTE

14 - JANAINA PASCHOAL
Presta esclarecimentos acerca de sua declaração de voto para a prefeitura da Capital. Ressalta que, em seu apoio, leva em conta as pessoas, e não os partidos. Explica que, por essa razão, seu apoio não se estende, necessariamente, aos candidatos a vereador ligados à mesma chapa. Discorre sobre sua vinculação ao PSL.

15 - CARLA MORANDO
Assume a Presidência.
16 - DOUGLAS GARCIA

Tece considerações sobre o posto policial na Ponte Pênsil de São Vicente, aparentemente desativado. Chama a atenção para o grande número de assaltos no local. Afirma que existem informações desencontradas, da parte do Poder Público, com relação à situação do posto. Crítica o governador João Doria, por declaração acerca de possível obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19. Acusa o governo de usar a pandemia para atacar direitos fundamentais da população.

17 - GIL DINIZ
Justifica o uso que fez de carro oficial da Assembleia Legislativa em visita a Catanduva. Rebate reportagem sobre o assunto. Discorre acerca dos motivos que o levaram a mover processos contra veículos de imprensa. Concorda com o pronunciamento do deputado Douglas Garcia a respeito de vacinação contra a Covid-19. Questiona o que vê como pressa do governo em firmar contrato com a empresa Sinovac, produtora da vacina em questão, a qual, argumenta, não foi, ainda, devidamente testada.
18 - PROFESSORA BEBEL LULA

Pelo art. 82, expressa preocupação com a questão da alimentação escolar. Frisa que a merenda escolar é, em muitos casos, a única refeição que várias crianças têm durante todo o dia. Defende projeto de lei, de sua autoria, que trata do tema. Declara-se contrária ao retorno das aulas neste ano.

19 - DOUGLAS GARCIA
Para comunicação, informa que está analisando projetos de lei dos deputados Luiz Fernando Lula da Silva e Erica Malunguinho. Explica sua obstrução às duas proposuras. Ressalta que é favorável à aprovação de projetos de parlamentares nesta Casa.

20 - DOUGLAS GARCIA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

21 - PRESIDENTE CARLA MORANDO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 21/10, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à chamada dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra a deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Com a palavra o deputado Castello Branco, para uso regimental da tribuna por até cinco minutos.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Público da Rede Alesp de comunicação, 20 de outubro de 2020, terça-feira. Estamos aqui para novamente mostrar para a população de São Paulo o desaforo, a piada, o mau gosto do Plano de Retomada do Crescimento de São Paulo 2021/2022, mais uma mentira. Preparamos aqui uma apresentação, porque, como se diz na gíria popular: tem que desenhar.

Então, esse plano de retomada é uma falácia, é mais uma mentira do governo Doria. Senão vejamos: o governador acaba de sancionar na íntegra, sem nenhum veto, por meio de publicação no Diário Oficial, na última sexta-feira, a Lei nº 17.293, de 2020, que estabelece as medidas voltadas ao ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas.

É a transformação do Projeto de lei nº 529 em lei, e esse documento então oficializa a extinção de seis órgãos públicos. Com a desculpa da aprovação do ajuste fiscal, o que o governador realmente pretende é fazer dinheiro, sobrar dinheiro para a sua propaganda institucional, para a sua propaganda eleitoral, visando às eleições para a Presidência da República em 2022.

O governador João Doria pretende aumentar, pasme você, população de São Paulo, em 74% os gastos com publicidade. Tanta coisa importante para melhorar... Eles tiraram 30% dos

salários desta Casa, 40% das verbas de gabinete, retiraram dinheiro de tudo quanto é lugar, e agora ele vai aumentar em 74% as verbas para a área de marketing.

Em contrapartida, olhe só que absurdo e que incoerência: o governo reduz o dinheiro da Saúde para 820 milhões em relação ao projetado para 2020, apesar das suas promessas de que, se o Projeto de lei nº 529 fosse aprovado, ele não iria fazer isso.

Quer dizer, ele fala uma coisa num dia e, no dia seguinte, ele desmente, haja vista que nós denunciamos aqui neste plenário que o aumento de custo da cesta básica ia ocorrer.

O governo, representado pelo ceto deputados da Casa, veio argumentar que isso não ocorreria. Pois é, aconteceu hoje. Já foi decretado o aumento do ovo, da farinha, de itens básicos de sobrevivência. Quer dizer, a mentira não durou nem o final de semana. E o secretário da Fazenda, Henrique Meirelles, lançou coincidentemente hoje o pacotão. Aliás, usando um tempo muito infeliz: “São Paulo está se descolando do restante do Brasil”.

Não gosto do tema. Ele não corresponde à verdade. Dá uma sensação de separatismo. Dá uma sensação de que somos uma outra parte diferente do Brasil; não procede. E ele está dizendo o seguinte: “A estratégia é descolar a imagem ruim que o Brasil tem no exterior”. Outra mentira. A imagem que, porventura, o Brasil tem no exterior é fruto de outra história que não tem nada a ver com essa história que ele está lançando aqui.

E outra, o pior para mim: ele está mostrando que quer uma parceria com a China, seu principal aliado internacional. China comunista; China ditatorial; China que oportunamente nós vamos trazer aqui uma palestra de geopolítica internacional para falar especificamente desse país com o qual o nosso governador quer fazer negócios sem fim e vender o estado de São Paulo para a China.

O crescimento da economia de São Paulo no plano de retomada prevê: 2019, 2,8 por cento; 2020, 2,5 por cento, que é projeção; e 2021, mais cinco por cento. Indo para o final da minha fala, o plano prevê seis eixos para a retomada econômica para atrair 36 bilhões de investimento. Muito bonito no papel; na prática não vai funcionar. O trem São Paulo-Campinas, a rodovia do litoral, as Linhas 8 e 9 do Metrô, o Complexo do Ibirapuera, os 22 aeroportos regionais, o Zoológico e o Jardim Botânico.

Bom, eu vou terminando a minha fala e voltarei esta semana todos os dias a este plenário, falando de cada uma das promessas não cumpridas pelo governo João Doria quando prefeito, cada uma das suas promessas não cumpridas quando candidato ao governo e, principalmente, desmistificando, trazendo à luz, desvelando as mentiras que existem por trás deste famigerado Plano de Retomada do Crescimento de São Paulo, oportunista, demagogo e mentiroso.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o deputado Maurici. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos que nos assistem pela TV Alesp, nos acompanham pela rede social, nós nos perguntamos e eu pergunto a este Parlamento: qual o limite do sofrimento e do descaso que nós devemos permitir por parte do governo?

Neste final de semana, foi encontrado, no centro de São Paulo, sendo arrastado dentro de um carrinho de entulhos por quatro indivíduos, um policial militar, o soldado Daniel Alves de Lima, integrante do 18º Batalhão do Interior, em Presidente Prudente, deputado Castello Branco. A deputada Janaina também acompanhou. Um soldado sendo arrastado pelo centro de São Paulo dentro de um carro de entulhos.

O soldado da Polícia Militar, um homem que defende a sociedade, um homem evangélico, estava aqui no centro de São Paulo para fazer a compra de Bíblias para levar para o interior. No sábado, desapareceu e foi encontrado. Uma viatura abordou quatro indivíduos empurrando um carrinho de entulho e o corpo dele dentro.

Eis a situação de penúria que atravessam os policiais militares e todos os operadores de Segurança no estado de São Paulo - os policiais civis, técnico-científicos, policiais penais.

Um verdadeiro descaso, um abandono por um governador que hoje - nós acompanhamos nos noticiários -, teve os seus bens bloqueados pela Justiça por um ato de improbidade praticado quando prefeito. É suspeito de dicionar 29 milhões de uma campanha em benefício próprio para trabalhar a imagem dele, algo que não é diferente do que nós acompanhamos hoje.

Estamos acompanhando mais um ato de investigação do Ministério Público, do Tribunal de Contas, de um milhão e 200 mil reais gastos na compra de toalhas umedecidas. A suspeita se dá de um superfaturamento de 80 por cento.

Ou seja, uma compra que era para ter sido feita e pagos 240 mil reais, essa compra de toalhas umedecidas saiu no preço de um milhão e 200 mil reais. E essas são as medidas; essa é a gestão adotada pelo João Doria em São Paulo, abandonando a Polícia Militar, abandonando a Polícia Civil.

Quando nós falamos do abandono dos policiais, nós falamos do abandono da população. E, quando eu trago essa notícia aqui a todos os senhores, trago ao conhecimento dos telespectadores, é porque nós estamos nas ruas. Como eu citei na semana passada, nas fiscalizações feitas em hospitais, a última delas feita no Hospital do Mandaqui, mais de 60 pessoas aguardando para serem atendidas por um médico, macas no corredor daquele nosocômio.

É porque nós acompanhamos policiais, como aconteceu na zona leste recentemente, que foram atender ao chamado de trabalhadores, solicitantes que não conseguiam dormir, sendo importunados por um pancadão. Houve a intervenção da Polícia Militar, e esses policiais estão sendo punidos por intervir numa ação que se configura crime.

Esse abandono das polícias, esse abandono do povo do estado de São Paulo cabe a nós darmos um basta. Cabe a todos nós, parlamentares, nos posicionarmos e também investigarmos e colocarmos essa peça de impeachment, deputado Castello Branco, que foi protocolada, para que realmente haja apuração e responsabilização por todos esses atos.

O povo de São Paulo não suporta mais esse tipo de administração. Nós não suportamos mais. Nós, policiais, não suportamos atravessar pelo que estamos atravessando.

Muito obrigado, presidente.
* * *
- Assume a Presidência o Sr. Castello Branco.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Muito obrigado, nobre deputado coronel Mecca. O próximo orador inscrito é o deputado Gil Diniz. (Pausa.) Nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, eu recebi uma denúncia gravíssima de mais uma escola que foi assaltada inúmeras vezes. Eu me refiro aqui à Escola Estadual Yervant Kissajikian, que é uma escola que fica em Itaquera, no bairro Conjunto José Bonifácio.

A escola já foi assaltada oito vezes, e nenhuma providência foi tomada nem pela Secretaria Estadual de Educação, nem pela Secretaria de Segurança Pública. Os boletins de ocorrência foram todos feitos, a direção da escola levou o problema para a Diretoria de Ensino, e nada foi feito, absolutamente nada.

E agora, neste final de semana, mais um assalto. Já levaram a fiação do prédio escolar e, neste último assalto, levaram o encanamento. Então a escola - tenho algumas fotos aqui que foram enviadas pela comunidade escolar - está sem energia elétrica, sem água, porque eles roubaram a fiação e depois

houve o assalto do encanamento, roubaram os equipamentos do laboratório.

A questão é que nada é feito, não há uma política hoje no estado de São Paulo de segurança escolar, nenhuma política neste sentido, nenhuma preocupação do estado. É inacreditável que uma escola seja assaltada em tão pouco tempo, porque esses assaltos ocorrem desde setembro. De setembro até agora é pouco tempo, como pode? Nada foi feito, nenhuma ação da Secretaria Estadual de Educação.

A escola não tem vigia, faltam funcionários, e é uma escola de tempo integral ainda, ou seja, há uma omissão latente, clara e solar do governo estadual, do governo Doria, com a escola pública.

Já denunciei inúmeras vezes, há anos que venho à tribuna, faço essa denúncia no Ministério Público, na Comissão de Educação, da falta de segurança nas escolas. Este é um câncer que vem assolando a rede pública de ensino há muitos anos sem que haja uma política efetiva de combate a esse tipo de situação.

Agora nós estamos vivendo um outro problema, Sr. Presidente, que é a falta de funcionários nas escolas. Nós não temos funcionários nas escolas estaduais. Mas, em relação a esse caso, eu quero exigir que medidas sejam tomadas imediatamente pela Secretaria da Educação, que tem que ter um projeto para as escolas, e a Secretaria de Segurança Pública, para que tomem as providências cabíveis.

Eu gostaria até que meu pronunciamento fosse encaminhado à Secretaria de Segurança Pública e ao secretário estadual, para que essas providências sejam tomadas em caráter de urgência, porque eles querem ainda reabrir as escolas para receberem os alunos nessas condições, isso é um absurdo total.

Faço esse pedido para que os dois secretários recebam o meu pronunciamento e tomem as medidas cabíveis e quero aproveitar também para exigir que o secretário da Educação faça a imediata alteração da portaria que ele publicou no final de semana, no sábado, do processo de remoção do quadro do apoio escolar.

Ele deu um verdadeiro golpe nos agentes de organização escolar - no quadro inteiro, na verdade, não só nos agentes de organização escolar -, um golpe sem precedentes aqui no estado de São Paulo. Primeiro que o quadro de organização escolar está sem remoção já há dois anos, e ele se comprometeu a fazer a remoção neste ano de 2020. Aí ele soltou uma portaria dizendo o seguinte, que a remoção em última instância será feita só no dia cinco de novembro do ano que vem, 2021.

A rede está revoltada com o secretário da Educação, com o governo; já estava, agora ficou muito mais. O fato é que estamos perdendo nossos servidores, e essa é uma das causas da situação que eu citei. A escola Yervant não tem funcionários, precisamos manter os funcionários nas escolas trabalhando.

Agora o comportamento do secretário faz com que muitos servidores saiam da rede estadual, porque, em plena pandemia - quando os servidores precisam trabalhar perto de suas casas para que não tenham que usar o transporte público, enfim -, o governo monta essa farsa da remoção. Então, essa portaria tem que ser alterada imediatamente, e a remoção tem que ser feita ainda neste ano de 2020.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Muito obrigado, nobre deputado Carlos Giannazi. Serão feitas as solicitações de V. Exa. ao secretário estadual de Educação e ao secretário estadual de Segurança Pública mediante as notas taquigráficas e seus requerimentos.

Dando continuidade aos oradores inscritos, chamamos o nobre deputado Gil Diniz. (Pausa.) Nobre deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Agora, iniciando a Lista Suplementar, nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal.

Nobre deputado Carlos Giannazi, professor Carlos Giannazi, por favor. Nobre deputado Carlos Giannazi, está na escuta? Eu pediria que V. Exa. assumisse a Mesa, que eu vou presidir a Comissão de Infraestrutura. Com a palavra a deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO ODO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., o colega presente, que assume agora a presidência, os funcionários da Casa, as pessoas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Eu gostaria de dividir com os senhores um tema que já vem me afligindo há um tempo, mas, de certa forma, em virtude dessa aflição, também uma ideia. Todos lembram quando anunciei que formaríamos aqui a Frente Parlamentar pela Celeridade na Adoção de Bebês.

Houve um mal-estar em um primeiro momento, algumas pessoas entenderam que nós estaríamos criticando o sistema vigente. Acredito que o encontro de lançamento da Frente deixou muito claro que esse não era e não é o objetivo. Além daquele encontro, como eu disse ontem, tenho estabelecido vários contatos com pessoas que atuam na área.

Os senhores vão lembrar que um dos pontos que levantei como preocupação, naquele primeiro momento, foi o fato de crianças serem colocadas em famílias acolhedoras no lugar de serem diretamente postas sob a guarda de casais ou de famílias - porque as adoções não são apenas feitas por casais -, que já estavam na fila para a adoção.

Em virtude do contato que fiz com várias pessoas com atuação direta na prática, percebi que fazer uma legislação prevenindo que a criança será imediatamente, como regra, colocada sob a guarda de quem está na fila da adoção pode eventualmente trazer situações problemáticas, haja vista a complexidade dos muitos cenários que se apresentam nessa temática.

Então, conversando com as pessoas, me deparei com uma outra situação que me trouxe igual preocupação. A situação é a seguinte: às vezes um casal se apaixona por um bebê. Isso eu ouvi de magistrados, relatos de magistrados, da experiência deles, eu não tive conhecimento de nenhuma situação concreta diretamente. E aí o homem reconhece esse bebê como sendo seu filho, tudo isso com a anuência da mãe biológica.

Vamos imaginar que uma mulher tenha um bebê, essa mulher tenha sido, como tantas outras mulheres, infelizmente, abandonada pelo pai daquele bebê, e ela não tem condições de criar esse bebê.

Ela conhece uma família, conhece um casal que quer aquele bebê. Ela decide confiar a criação do seu filho àquele casal. A lei hoje dificulta muito isso, o que a gente chama de adoção direta.

Por favor, tenham em mente que não estamos falando de compra e venda, não estamos falando de tráfico de crianças, nem de desvio. É uma situação de uma mulher que não tem condições de criar e que deseja escolher a família onde o seu bebê será criado. A legislação hoje impõe uma série de impedimentos para essa escolha, que recebe o nome de adoção direta.

Para burlar essas regras, algumas vezes o casal que deseja ficar com aquele bebê usa de um artifício, que quero deixar bem claro aqui, sob o ponto de vista do nosso ordenamento jurídico, é crime.

O homem reconhece esse bebê como sendo seu, registra esse bebê como sendo seu. Depois de um tempo, essa mulher entra com uma investigação de paternidade para dizer que aceitou a traição do marido e que quer criar aquele bebê como sendo seu.

Por que eu estou trazendo essa situação à tona? E quero de novo dizer, pelo amor de Deus, não estou orientando ninguém a fazer isso, até porque as consequências vêm sendo drásticas. Pelo nosso ordenamento, registrar o filho de outrem como próprio é crime, é uma espécie de falsidade ideológica.